

Claudia Amigo Pino & Roberto Zular. *Escrever sobre escrever: uma introdução crítica à crítica genética.* São Paulo: Martins Fontes, 2007.

**Quando o *arquivo* é *campo*:
Da crítica genética à antropologia, e vice-versa.**

Messias Basques¹
UFSCar

“Escrever sobre escrever é o futuro do escrever?”

Galáxias, Haroldo de Campos

Imagino que a surpresa do leitor que ora se depara com esta resenha assemelha-se ao estranhamento que tive quando um colega da área de Letras me aconselhou a leitura do livro em questão. Naquela oportunidade, lembro-me de ter me perguntado qual seria a razão para um antropólogo investir seu tempo num livro que versa sobre o inquérito dos manuscritos pela crítica genética. Pois o leitor pouco familiarizado com as reflexões sobre as práticas de escrita no campo das Letras ficaria a pensar nas possíveis convergências entre as problematizações levadas a cabo naquela área tão ampla e diversa e as nossas investigações sobre temas afins em antropologia de arquivos, bibliotecas e museus.² E isto porque partilhamos, por vezes, as mesmas fontes documentais quando nos dedicamos ao estudo de autores, movimentos artísticos e expressões estéticas, embora costume-mos, em geral, partir de motivações e métodos díspares.

Este é, justamente, o desafio a que se propõe esta resenha ao procurar demonstrar alguns dos possíveis pontos de encontro, bem como os eventuais afastamentos, entre a reflexão antropológica e aquela proveniente

da crítica genética, oferecendo assim um preâmbulo a esta leitura obrigatória, sobretudo aos interessados no estudo de manuscritos. E já que a qualidade deste livro será facilmente percebida por quem se aventurar por suas páginas, nada melhor do que lê-lo em tomadas de vista que acenem para a sua interlocução para além (e aquém) do campo das Letras.

Em prefácio, Verónica Galíndez Jorge nos diz que a preocupação dos autores pode ser referida à questão “*de como problematizar*. Ou ainda *De como criar um lugar crítico*. Isto porque [...] é possível perceber que a impossibilidade de chegar a uma *metodologia*, em sua acepção mais cientificista, deve-se ao fato de cada manuscrito requerer uma solução própria”.³ Para além de uma reflexão sobre a relação sujeito e objeto, trata-se de ultrapassar uma preocupação acerca dos modos de relação do pesquisador com manuscritos⁴ quaisquer, já que o que se propõe é a primazia da relação com os discursos, avivada pela instabilidade colocada em jogo pelos próprios manuscritos. É assim que os autores se aproximam de Michel Foucault⁵ quando analisam as teorias dos estudos genéticos e a noção de *processo*. Procedendo mediante uma arqueologia deste conceito, procuram demonstrar por que ele se tornou um empecilho para aqueles que se dedicam à interpretação de manuscritos, e sugerem, como alternativa, que passemos a refletir sobre a escrita não mais como um processo, mas antes como um espaço de descontinuidades, hesitações, rupturas.⁶ Donde a necessidade de estudar as práticas de escrita, ou seja, de repensar a singularidade e o estatuto da fala na escrita, bem como seus suportes de inscrição.

O primeiro capítulo discorre sobre a noção de processo, endereçando-lhe uma crítica que almeja demonstrar o proveito de substituí-la, como dito acima, pela formulação de outras concepções reflexivas no tratamento dispensado aos manuscritos. Para tanto, os autores apresentam uma breve história da crítica genética enquanto disciplina acadêmica, a qual teria surgido dos desdobramentos do Maio de 1968. Nos anos

seguintes, para além de e de modo concomitante às implicações políticas que costumamos debater nas Ciências Sociais, passou a tomar corpo um movimento de crítica aos estudos centrados unicamente no texto, em detrimento do estudo do autor, das condições sociais ou de quaisquer outros elementos “externos”.⁷ Nesse contexto, a “análise textual” de Roland Barthes,⁸ a qual partia da exploração dos sentidos emanados na leitura, pode ser vista como iniciativa que interrompeu o que até o momento era a linha dominante nos estudos literários: a interpretação. Seu objetivo era apreender a maneira pela qual os diferentes níveis ou códigos do texto (personagens, ações, símbolos, enigmas, referências culturais etc.) se relacionavam.⁹ Nascia assim, tal como entre os próprios defensores do estruturalismo, a necessidade de apontar os limites da estrutura. Segundo os autores, foi nesse momento de crise que surgiu a crítica genética.¹⁰

Nas palavras de François Dosse,

Essa corrente da crítica genética se inscreve simultaneamente em continuidade e em ruptura com o estruturalismo. Por sua consideração das transformações, das variações, da historicidade, ela oferece uma perspectiva diferente da corrente estrutural mais fechada e mais formal. Mas há continuidade em relação a outro aspecto importante do estruturalismo, o qual consistiu em dar um estatuto mais objetivo aos estudos literários, sobretudo ao enfatizar a noção de texto, sendo este último apresentado como objeto científico que se estuda como tal.¹¹

Ademais, a crítica genética propôs um material até então “inédito”: os manuscritos ou documentos de processo não publicados pelo autor, permitindo novos usos dos materiais de arquivo que tinham sido menosprezados como objeto de conhecimento durante a voga do estruturalismo.

Todavia, o caráter de ineditismo que envolvia a crítica genética deve ser ponderado, uma vez que outra disciplina, a filologia, há muito se ocupava do estudo de manuscritos. Mas enquanto esta os via como referência para a leitura de um texto original, para a crítica genética os mesmos eram portadores de um movimento: o processo de criação literária. Para compreendê-lo, não bastaria descobrir e apresentar variantes para o leitor numa edição crítica, mas encontrar outra estruturação móvel, agora aplicável à criação. A nova disciplina passou a trabalhar com um objeto novo (os manuscritos como portadores de um movimento), que escapava às estruturas no sentido então usual, já que propunha elaborar uma estrutura desse movimento.¹² Como o objetivo dos estudos genéticos era a percepção de um processo, fazia-se necessário abordar conjuntos de documentos, também chamados *dossiês*. Somente a partir do trabalho comparativo no interior desses dossiês é que se tornaria possível observar os manuscritos como portadores de um movimento de criação.¹³

Tomemos dois exemplos apresentados por Pino & Zular: os *estudos para obra*, de João de Guimarães Rosa; e a *marginália*, de Mário de Andrade. Enquanto Guimarães Rosa preenchia grandes pastas com estudos específicos, que usaria em toda a sua obra, na qual encontramos pesquisas sobre plantas, La Fontaine, Dante, Homero, o ar, a terra, entre tantos outros, Mário de Andrade cultivava o hábito de tecer anotações às margens dos livros que lia, preferindo descartar seus estudos preparatórios e as versões manuscritas de suas obras publicadas. Diante das documentações resultantes de processos criativos tão diversos, como se poderia desenvolver uma crítica genética num acervo tal como o de Mário de Andrade? Pois é justo aí que reside a novidade do método da crítica genética ao ir além dos textos para (até mesmo) levar em consideração as implicações que as anotações feitas nas margens de outros documentos poderiam ter sobre as obras do autor em questão. Este é o caso de um acréscimo feito à margem

do livro *Vom Roraima zum Orinoco*, de Koch Grunberg (1924), sobre os mitos da Amazônia. Num dado momento, o livro conta a história de um deus da região, chamado Macunaíma. E a anotação de Mário mostra a apropriação dessa leitura: “Aproveitar bem esta lauda para demonstrar falta de caráter e cinismo de Macunaíma”.¹⁴

Para Almuth Grésillon, “os manuscritos não constituem em si um processo: é na leitura desses documentos que um processo será construído”.¹⁵ Conforme a autora, o trabalho do geneticista comportaria duas partes: a primeira consistiria em dar a ver (reunir os manuscritos, classificar, decifrar, transcrever e editar); a segunda, não necessariamente consecutiva, mas muitas vezes paralela à primeira, consistiria em construir hipóteses sobre o caminho percorrido pela escritura (identificação de rasuras, acréscimos e elaboração de conjecturas sobre as operações mentais subjacentes). O manuscrito, assim, não se apresentaria como uma sequência, mas como um espaço heterogêneo, no qual diversos tempos convivem e dialogam entre si. A tarefa do geneticista consistiria em colocar esses tempos dispersos no espaço numa ordem temporal – não em uma ordem perfeita, não em uma cadeia indestrutível –, mas num movimento com direção.¹⁶ O processo então não seria dado, mas construído, e consistiria na criação de uma sequência ou cronologia com um sentido determinado. É importante perceber que o objeto da crítica genética não é um texto, um material, mas um processo, não aquele pelo qual o escritor passou, mas aquele que o pesquisador construiu a partir dos manuscritos que esse escritor deixou.¹⁷

Afinal, de onde provém a crítica que Pino & Zular endereçam à noção de processo?

Segundo os autores, a noção de processo da crítica genética encontra-se em ressonância com a retomada da historicidade, própria ao fim do estruturalismo. No entanto, essa volta não poderia ser simples nem sem

conflitos, depois da revolução produzida nas pesquisas históricas pelo estruturalismo e também pela Nova História. Vários pesquisadores de diferentes áreas têm se posicionado de forma crítica em relação à noção de processo, à possibilidade de reconstrução do processo criativo de autores quaisquer e ao estabelecimento de cronologias.¹⁸ Ademais, os geneticistas ainda não teriam se concentrado em estudar os dispositivos do manuscrito que criam efeitos no leitor.¹⁹ Questão que, vale notar, nunca deixou de inquietar também a nós, antropólogos, quando deparamo-nos com a necessidade de refletir a respeito da circulação e recepção de expressões estéticas, sem incorrer na corriqueira – e não menos problemática – assunção de postulados teóricos fundados em apriorismos tais os de “sociedade”, “campos sociais” e “*habitus*”.

Até este momento, confesso ter lido o livro ora resenhado sem maiores indagações, uma vez que seu enredo parecia comungar de certas concepções que nos interessam em antropologia de arquivos, bibliotecas e museus. Mas eis que Pino & Zular evocam, em sua crítica à noção de cronologia, o autor antilhano Édouard Glissant.²⁰ Ainda que Glissant atente para a necessidade de reconsiderar o caráter eminentemente europeu da noção de cronologia, acaba por essencializar e dissolver as diferenças potenciais de povos outros, por ele denominados “culturas mestiças”. Pergunto-me: acaso a Europa jamais teria sido um continente miscigenado? O endosso às formulações de Glissant leva Pino & Zular a se aproximarem de um dos seus argumentos mais controvertidos, a saber, o de que “as culturas mestiças não teriam lendas relativas à gênese, à origem, como as culturas europeias, mas ao choque com outros povos. Elas não teriam a necessidade de uma explicação da filiação, mas de uma teoria da relação”.²¹ Diante do que, restaria indagar: seriam os mitos cosmogônicos uma exclusividade legada pelo pensamento grego? Os povos indígenas ameríndios, por exemplo, não teriam, em suas mitologias, narrativas que

remontam aos seus regimes de parentesco e filiação, imbricados inclusive às suas cosmologias?²²

Nas páginas seguintes, ao evocarem os escritos de Michel de Certeau,²³ Pino & Zular enveredam por uma discussão também bastante controversa, posto que Certeau defenda que a prática de escrita estaria intimamente ligada ao sistema de produção capitalista. Pois ainda que Claude Lévi-Strauss tenha refletido a respeito do papel da escrita na conformação de certas relações de poder e assimetria entre europeus e povos indígenas, certamente não chegaria a dizer que estes povos “não possuem esse domínio da linguagem”.²⁴ Vê-se aqui mais que uma “invenção de sociedades primitivas”, sempre caracterizadas pela ausência daquilo que nós, ocidentais, reconhecemos como as faculdades cognitivas por excelência. Vê-se uma projeção dos nossos paradigmas a culturas que bem podem ter se organizado em torno de outras expressões estéticas e discursivas e que, por essa razão, são reificadas pelo viés problemático da carência de tecnologias tais como a escrita como nós a conhecemos. A este respeito, seria pertinente uma referência ao belo livro da antropóloga Els Lagrou²⁵ sobre as inúmeras implicações do grafismo do povo Kaxinawa, habitante das florestas amazônicas do Acre.

Feitas essas ressalvas, o leitor verá que os autores retomam Michel Foucault em defesa da proposição de um novo modelo teórico para a crítica genética, que se apóie na noção de arqueologia. Isto é, num exercício de não fiar a análise em apenas “um” processo, em uma continuidade, mas em séries breves, justapostas. Essas novas séries se organizariam a partir de descontinuidades. Assim, os movimentos identificados num conjunto de manuscritos não poderiam ser pensados a partir de tendências (identidades entre enunciados), mas das diferenças entre eles.²⁶ E os autores colocam-se defronte a questão de como criar um conhecimento sobre a escrita a partir de suas rasuras, hesitações e intervalos.

No caso do manuscrito literário, a pesquisa deverá se concentrar nas modalidades da produção escrita no lugar onde esse documento foi gerado, ou seja, todas as práticas nas quais a escrita está inserida.²⁷ Eis, portanto, outra possível interface com a antropologia, pois a apreensão das práticas sociais nas quais a escrita opera como dispositivo que gera e traduz sentidos nos coloca o desafio de estabelecer um contínuo movimento que se estende dos arquivos à pesquisa de campo, e vice-versa. Uma etnografia de arquivos que vá além dos domínios que encerram as coleções de manuscritos.

Todavia, há que se fazer aqui uma ressalva. Pois enquanto a crítica genética procede por uma reflexão de caráter eminentemente epistemológico, ou seja, que se ocupa das condições de produção do conhecimento, a antropologia deverá, por sua vez, dissolver qualquer assimetria existente entre *modos de saber* (epistemologia) e *modos de ser* (ontologia), dimensões estas que só parecem dissociadas em razão do corte que nossas análises costumam estabelecer. Veja-se, por exemplo, a solução empregada por Michel Foucault ao tratar dos arquivos por ele debatidos em “A vida dos homens infames”: “Não é uma obra de história [...], é uma ontologia de existências [...]. O meu sonho era restituir-lhes a intensidade mediante uma análise [...], para encontrar algo como aqueles poemas-vidas”²⁸. Solução que extrai rendimento analítico da ideia de recursividade entre regimes de pensamento e suas respectivas formas de expressão.

De volta ao livro de Pino & Zular, tais práticas de escrita são concebidas como uma tecnologia a partir da qual se podem vislumbrar relações com a oralidade e o caráter performativo da escrita literária. Donde a escrita passa a ser problematizada como prática social e, logo, como indissociável do regime de pensamento em que opera. Aqui também se nota a possibilidade de fazer convergir os debates travados em crítica genética em face daqueles situados no campo da antropologia, sobretudo por au-

tores que já se ocuparam da descrição dos modos pelos quais a escrita liga-se à construção de um “processo cognitivo” – mas nem por isso dissociado de uma práxis que lhe seja correspondente – de mediação das práticas sociais.²⁹ Outra interface interessante refere-se ao tratamento da questão da intertextualidade, desafio também enfrentado pela antropologia, sobretudo a partir da crítica feita por seus autores ditos “pós-modernos”, e que incide no caráter etnocêntrico da autoria na elaboração dos textos antropológicos. Desde então, multiplicaram-se iniciativas como a redação de textos escritos em conjunto e em constante reformulação, como em páginas Wiki na Internet³⁰ que denotam uma preocupação com uma enunciação plural.

Pino & Zular apontam que o primado da escrita se deu, entre nós, pelos vieses da ordem e da autoridade, e que a leitura oral, pública e privada, proliferou na medida em que reinava o analfabetismo. Num estudo pioneiro, publicado já há algum tempo, o antropólogo Antonio Augusto Arantes³¹ demonstrou justamente o contrário, a saber, que a imposição ou conformação de um modo de expressão tal como a escrita não pode ser interpretado somente como jugo de uns por outros, uma vez que a escrita foi constantemente acionada inclusive por aqueles de quem se esperava o silêncio e o analfabetismo. Em sua pesquisa com poetas de folhetos de cordel no Estado de Pernambuco, Arantes demonstra a existência de “vozes dissonantes” que circulavam nesses impressos que eram amplamente lidos e ouvidos naquelas paragens. Segundo Marco Antônio Gonçalves, neste caso, a escrita não seria apenas um registro fonológico da fala, mas uma forma de gerar processos cognitivos sobre a própria linguagem e sobre o mundo.³² Assim, o analfabetismo não significa uma não incorporação da escrita, pelo contrário, o folheto lido ou recitado por um alfabetizado ou analfabeto, se não incorpora plenamente a experiência de escrever, incorpora a escrita como estruturadora de um pensamento. Portanto, existiria

uma relação circular entre a poesia oral e o folheto, este enquanto suporte impresso.³³ Ademais, como bem apontou Antonio Candido, o início da circulação dos livros em território brasileiro foi concomitante a uma característica que incidia sobre toda população, ouvintes de todo tipo de literatura, uma vez que a oralidade era regra e não exceção.

Aliás, cabe pontuar aqui que a noção de performativo, ou de visão performativa da linguagem, foi desenvolvida pelo filósofo inglês John Langshaw Austin em meados do século XX, e continua a ser debatida pela antropologia em contextos etnográficos os mais diversos. A questão levantada por Austin referia-se à existência de pronunciamentos que não eram constatações, ou seja, que não eram nem verdadeiros nem falsos e que, portanto, possuíam um estatuto diferente daqueles calcados no referente exterior, e por isso denominados constatativos. A esses enunciados que não afirmam algo sobre o mundo, mas fazem algo no mundo, Austin chamou de performativos. Em *Quando dizer é fazer – Palavras e ação* (1990), Austin começa trabalhando com os verbos performativos explícitos empregados na primeira pessoa do singular, voz ativa e tempo presente. Nesses casos, os proferimentos não afirmam nada do mundo, mas realizam uma ação no ato mesmo de proferir (Pino & Zular, 2007, p. 71). Também para o célebre antropólogo Claude Lévi-Strauss,³⁴ que trabalha com o modelo linguístico e enfatiza a qualidade comunicativa da arte, atos falam e palavras agem, sendo impossível separar ação, percepção e sentido.

Pino & Zular demonstram que no desenvolvimento das conferências que constituem *Quando dizer é fazer*, uma série de questionamentos tornam a diferença entre constatativo e performativo pouco sustentável (afinal, toda constatação implica alguma ação), levando Austin a uma nova tipologia dos atos de fala: os *locucionários* (a ação de dizer, a construção de um proferimento dentro de determinadas regras gramaticais e sociais), os *ilocucionários* (mais próximos do conceito anterior de performativo, liga-

dos àquilo que se faz *ao dizer*), e os *perlocucionários* (ligados aos efeitos produzidos em alguém pelo fato de dizer, isto é, aquilo que se faz *por dizer*). O caráter performativo da literatura liga-se, outrossim, à própria constituição da ficcionalidade, isto é, à construção de universos imaginários que os textos literários colocam em movimento (Pino & Zular, 2007, página 75).

Das práticas de escrita à recepção, ou seja, às práticas de leitura, não se pode assegurar que qualquer estrutura subjacente ao texto, tal como concebido pelo geneticista e sua noção de processo, seja também percebida de modo homogêneo pelos leitores. Esta questão, sob outras facetas, também tem colocado antropólogos a refletir sobre aquilo que dizemos acerca dos povos que (e com os quais) estudamos. Kirsten Hastrup, antropóloga que desenvolve pesquisas acerca do impacto das mudanças climáticas na Islândia, conta-nos a seguinte situação: “Eu fui representada por outra mulher, e a representação omitia minha presença na minha própria história. Eu fiquei extremamente surpresa que tivessem usado meu próprio nome e minhas próprias palavras numa maneira tão literal”.³⁵ Traçando um paralelo com esta situação, pode-se seguir a interessante proposição de Teresinha Meirelles do Prado, quando nos diz que “[Uma] poética do ato poderia constituir-se como a possibilidade de acompanhar o ato (poético) através de outro ato (o de leitura), orientada pelos efeitos produzidos nesse encontro e atenta aos procedimentos que o caracterizam”.³⁶ Quando Laura Bohannan³⁷ introduziu *Hamlet*, de Shakespeare, entre o povo *Tiv* da Nigéria, ela constatou que eles o re-interpretavam em termos completamente outros: “Eu estava absolutamente certa de que *Hamlet* tinha uma única interpretação possível, e esta, universalmente válida”, diz a autora. Mas quando lhes contou a história deste clássico da literatura ocidental, percebeu que até mesmo os termos do *desentendimento* são outros quando se trata de levar a sério o que nos dizem aqueles que, via de regra, são tidos como *receptores* de qualquer conhecimento ilustrado pela Academia.

O terceiro capítulo foi dedicado a uma introdução à prática da crítica genética a fim de resolver as dúvidas básicas dos iniciantes: por onde começar um estudo genético, se acaso deve-se partir da obra ou dos documentos, se é possível trabalhar com manuscritos transcritos, como elaborar recortes de pesquisa e como podem ser lidos esses recortes. Ainda que se trate de uma parcela importante na construção do argumento central dos autores, considero que a sua apresentação nesta resenha implicaria um resumo por demais apressado de todos os pontos abarcados por Pino & Zular. Logo, caberá ao leitor acompanhar as proveitosas lições que ambos nos oferecem. Por ora, pode-se dizer que encerram este capítulo retomando a questão dos espaços de relações e posicionando-se contrariamente à reconstituição do processo de criação em virtude de dois aspectos: um político e outro prático (Pino & Zular, 2007, página 146). Ambos referem-se, em suma, à controversa tarefa de eleição de clássicos e sua institucionalização em museus, institutos e suas coleções.

O quarto (e último) capítulo revela uma preocupação adicional de Pino & Zular em não se afastarem demasiadamente das análises literárias em seu recurso a autores tais como Michel Foucault, não perdendo de vista, por exemplo, as mudanças formais de um poema. Nesse ponto, evocam alguns dos pensadores da teoria crítica, mormente os escritos de Walter Benjamin e Theodor Adorno em razão das ligações que traçam entre as descontinuidades da forma e o funcionamento da sociedade. Com esta assunção, pretendem dirigir uma crítica ao anacronismo que por vezes paira sobre os estudos genéticos desatentos às configurações históricas, formas e ficcionais relacionadas aos modos de produção, circulação e recepção; entender esse anacronismo, a aplicação de valores e conceitos contemporâneos a práticas que se baseiam em outros valores e conceitos, nos ajudaria a entender a própria cultura contemporânea. Para Pino & Zular, a ressalva mais contundente que se pode fazer à crítica genética

ocorre quando ela transforma o gosto pelo processo que lhe é contemporâneo em um critério supra-histórico que pode ser aplicado a qualquer escrita, em qualquer tempo (Pino & Zular, 2007, página 159). Por fim, afirmam que se o caminho que construíram até aqui tiver despertado o leitor para as tensões e contradições que estão implicadas nas práticas de escrita e como isso está ligado aos seus problemas formais, este livro terá cumprido seu papel (Pino & Zular, 2007, página 187). O mesmo pode ser dito a respeito desta resenha. Boa leitura.

Notas

- 1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos (PPGAS-UFSCar). Pesquisador colaborador no Projeto Brasiliana USP. E-mail: messias.basques@gmail.com
- 2 REED, Adam. *Unfolding Documents*, in RILES, A. (ed.). *Documents: Artifacts of modern knowledge*. Michigan: The University of Michigan Press, 2006; LATOUR, Bruno. *Visualization and Cognition: Thinking with Eyes and Hands*. In: KUKLICK, H. (org.). *Knowledge and Society Studies in the Sociology of Culture Past and Present*, Jai Press, vol. 6, pp. 1-40, 1986; CUNHA, Olivia Maria Gomes. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Revista Estudos Históricos*, pp. 7-32, 2005.
- 3 *Apud* PINO, Claudia A. & ZULAR, Roberto. *Escrever sobre escrever: uma introdução crítica à crítica genética*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. XVIII.
- 4 Por manuscrito entende-se qualquer documento no qual seja possível encontrar um traço do processo de criação, e não necessariamente os manuscritos autógrafos, do próprio punho do escritor (*ibidem*, p. 18).
- 5 FOUCAULT, M. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- 6 PINO & ZULAR, 2007, p. 2.
- 7 *Ibidem*, p. 8.
- 8 Barthes procurava se diferenciar da “poética estrutural”, praticada, entre outros, por Tzvetan Todorov. Ao contrário da análise textual, a análise estrutural procurava, sim, alguma coisa “além do texto”. Porém, ela não podia ser definida como um significado profundo, ou uma

verdade de outra ordem, mas como uma propriedade de todo discurso literário. A partir da análise de um texto, seu objetivo era procurar certas estruturas comuns a todas as narrativas.

- 9 PINO & ZULAR, 2007, p. 9.
- 10 *Ibidem*, p. 11.
- 11 DOSSE, F. *História do Estruturalismo*, vol. 2, *O canto do Cisne, de 1967 a nossos dias*. SP: Ensaio/Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 411.
- 12 PINO & ZULAR, 2007, pp. 17-18.
- 13 *Ibidem*, p. 23.
- 14 ANDRADE *apud* PINO & ZULAR, 2007, p. 26.
- 15 GRÉSSILLON, A. *Éléments de critique génétique*. Paris: PUF, 1993, p. 15.
- 16 PINO & ZULAR, 2007, pp. 27-28.
- 17 *Ibidem*, p. 31.
- 18 INGOLD, T. *Lines: a brief history*. New York: Routledge, 2007; PINO, C. A. *A Ficção da Escrita*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004; ZULAR, R. (org.). *Criação em Processo – ensaios de crítica genética*. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- 19 PINO & ZULAR, 2007, pp. 31-32.
- 20 GLISSANT, É. *Les Discours Antillais*. Paris: Seuil, 1980.
- 21 GLISSANT *apud* PINO & ZULAR, 2007, p. 33.
- 22 A este respeito, ver as célebres *Mitológicas*, de Claude Lévi-Strauss. LÉVI-STRAUSS, L. *Mitológicas*, 4 vols. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- 23 CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*, vol. 1, *Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- 24 CERTEAU *apud* PINO & ZULAR, 2007, p. 39.
- 25 LAGROU, E. *A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre)*, Rio de Janeiro, TopBooks, 2007.
- 26 PINO & ZULAR, 2007, p. 41.
- 27 *Ibidem*, p. 47.
- 28 FOUCAULT, M. “A vida dos homens infames”, In: *O que é um autor*. Lisboa: Vega, 1992, pp. 89-93.
- 29 GOODY, J. *The logic of writing and the organization of society*. Cambridge: University Press, 1986.
- 30 Veja-se o exemplo do sítio eletrônico www.amazone.wikia.com
- 31 ARANTES, A. 1982. *O trabalho e a fala: estudo antropológico sobre os folhetos de cordel*. SP: Kairós.

- 32 GOODY, J. 1977. *Domestication of the savage mind*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 179-180.
- 33 GONÇALVES, M. A. *O mundo poético do cordel: um ponto de vista antropológico*. Mimeo. Texto inédito, 2007, p. 42.
- 34 LÉVI-STRAUSS, C. 1958. “La structure des mythes”, in *Antropologie Structurale*. Paris: Plon.
- 35 HASTRUP, K. “Out of anthropology: the anthropologist as an object of dramatic representation”, in *Cultural Anthropology*, 1992, 7, pp. 327-45.
- 36 MEIRELLES DO PRADO, T. *Poética e ato na ficção de Clarice Lispector*, tese de doutorado, FFLCH-USP, apud Pino & Zular, 2007, pp. 87.
- 37 BOHANNAN, L. “Shakespeare in the bush”, in Alan Dundes (org.). *Every Man his Way. Readings in Cultural Anthropology*, pp. 477-86. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1968.